



Por: /CP | 18-11-2009

Ministro quer reconquistar confiança na Justiça

Alberto Martins esteve reunido com as principais figuras do sector

O ministro Alberto Martins apontou, esta quarta-feira, o reforço da credibilidade e do prestígio da Justiça como um dos grandes objectivos da reunião realizada no seu ministério, que juntou as principais figuras do sector.

«A confiança, o prestígio e a credibilidade da Justiça a todos nos envolve. Todos os que participaram na reunião manifestaram o seu empenho em dar um contributo sólido para que o prestígio da Justiça se reforce», declarou aos jornalistas, no final do Conselho Consultivo da Justiça, em Lisboa.

Esta foi a primeira vez em vários anos que este Conselho Consultivo se reuniu, desta vez por iniciativa do novo ministro da Justiça, Alberto Martins, que sublinhou o clima de «grande diálogo» e de partilha de responsabilidades na tarefa colectiva de contribuir para o reforço da credibilidade do sistema judicial.

«**Houve um clima de diálogo que é auspicioso**», enfatizou, revelando que durante o encontro foram identificados e discutidos os problemas do sector, designadamente a celeridade e a eficácia da Justiça, a questão do acesso dos cidadãos aos tribunais e os problemas da investigação criminal.

Um dos problemas que dominou a reunião foi a questão da «confiança dos cidadãos na Justiça», tendo Alberto Martins considerado que a iniciativa desta quarta-feira foi «um passo muito importante» nesse domínio, nomeadamente para restaurar a credibilidade da Justiça.

O ministro referiu que todos os operadores judiciais **estão «convictos» que é preciso reforçar a confiança dos cidadãos na Justiça** e «adoptar medidas ao nível da gestão» dos tribunais.

Durante a reunião, houve também «a procura de consensos», tendo o ministro reconhecido que esta iniciativa é um «sinal político» de que o ministério da Justiça está «muito empenhado em melhorar o funcionamento» dos tribunais e «em aprofundar uma postura de diálogo e de responsabilização» no interior do sistema.

Alberto Martins revelou que estas reuniões são para continuar, havendo a intenção de as repetir de dois em dois meses, de forma a «auscultar e partilhar soluções legislativas» neste «fórum de discussão dos problemas da Justiça que é o Conselho Consultivo».

Segundo o governante, **o processo Face Oculta não foi abordado nesta reunião**, mas não era essa a intenção do encontro.